

Colaboração com o trabalho da polícia: o respeito é fundamental

Edmilson Antonio Pereira Junior

Estatístico, especialista em criminalidade e segurança pública, mestre em Sociologia. Atualmente é Diretor de Avaliação do Sistema de Defesa Social.

 edmilsonpj@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo analisa se os fatores relacionados à confiança dos cidadãos na polícia se associam ao seu envolvimento nas ações de segurança pública, considerando o fato de 1) chamar a polícia quando presenciaram atos de violência ou criminosos e 2) cooperar com o policial responsável pela segurança do bairro ou rua. É utilizada a metodologia quantitativa de análise de dados junto a 2.808 cidadãos mineiros com idade superior a 16 anos. A técnica de regressão logística é empregada, permitindo identificar as associações estatisticamente significativas entre confiança institucional e participação cívica. É verificado que a percepção dos cidadãos em relação ao respeito repassado pelos policiais militares é central para a participação coletiva nas questões de segurança pública, superando percepções sobre a eficácia do trabalho policial, sobre a honestidade dos mesmos e se eles inspiram confiança e tranquilidade às pessoas.

Palavras-chave

Atendimento policial; Confiança institucional; Participação cívica; Respeito.

A segurança pública brasileira deixa exposta a insuficiência das agências do Estado em lidar com o fenômeno da criminalidade e violência. Os dados sobre homicídios no Brasil, extraídos do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, mostram que, em 1980, a taxa de homicídios era de 11,7 por 100 mil habitantes, saltando para 26,2 homicídios por 100 mil, em 2010 (WASELFISZ, 2012, p. 18). Os números levam em conta o aumento populacional no período, pois, considerando-se apenas os valores absolutos, os registros de homicídios passaram de 13.910 homicídios ao ano para 49.932, nesse mesmo período.

Essa elevação das taxas de criminalidade resulta em aumento da pressão sobre o trabalho policial, tanto de forma externa, em que a sociedade busca reverter seu quadro de insegurança, quanto de forma interna, ao se tornarem cada vez mais arrojadas as metas e ações impostas aos profissionais envolvidos. Forma-se, então, um círculo vicioso, em que o crescimento dessa sobrecarga contribui mais ainda para a deterioração dos indicadores de criminalidade, sendo que as instituições policiais tornam-se impossibilitadas de reverter esse quadro sozinhas. Nessa direção, diversos estudos mostram que os órgãos de segurança pública necessitam atuar em parceria com outros setores públicos e, sobretudo, com a sociedade civil para melhorar os indicadores de

criminalidade e diminuir a sensação de insegurança dos cidadãos (ROSENBAUM, 2007; SKOLNICK; BAYLEY, 2006; KAPPELER; GAINES, 2011).

O panorama brasileiro da segurança pública é semelhante ao verificado nos Estados Unidos nas décadas de 1960 a 1980, quando o número de homicídios registrados passou de 9.110 para 23.040 ao ano. Segundo Rosenbaum (2007, p. 13), a escalada de registros fez com que o policiamento norte-americano desse início, em 1980, à terceira fase do policiamento, denominada Era da Comunidade. Após passar pela Era Política (1840 até 1930) e Era da Reforma (1930 até 1980), a Era da Comunidade evidencia a relação entre polícia e comunidade como fundamental para a atuação das agências policiais, sendo que o policiamento comunitário certamente foi o veículo primário para reduzir o distanciamento físico e psicológico entre polícia e comunidade (ROSENBAUM, 1986; GREEN; MASTROFSKI, 1988 *apud* ROSENBAUM, 2007, p. 16).

Sob a ótica da evolução do sistema policial, a necessidade de reverter os indicadores de criminalidade nos anos 1980 impulsionou as agências policiais norte-americanas a efetivamente implementarem estratégias e práticas do policiamento comunitário, até então considerado apenas uma filosofia (SKOLNICK; BAYLEY, 2006). Frisa-se que

o policiamento comunitário é a estratégia de atuação policial que enfatiza a relação entre polícia e sociedade, buscando maior aproximação e participação dos cidadãos. Nesse sentido, “a família, as escolas, as associações de bairro e os grupos comerciantes, são considerados parceiros importantes para a criação de uma comunidade tranqüila e segura” (BRASIL, 2006, p. 190). Esse tipo de prática é base conceitual para o *policiamento orientado para a comunidade (citizen-focused policing)*, que destaca a importância de conhecer as necessidades e expectativas dos indivíduos e comunidades locais, envolvendo-os na tomada de decisões e no aprimoramento dos serviços oferecidos (HOME OFFICE, 2006, p. 3).

A comparação entre as características dos modelos de policiamento tradicional e comunitário, realizada por Gaines e Kappeler (2011, p. 29), mostra que a efetividade da polícia, que no sistema tradicional era indicada pelo tempo de resposta, passa a ser determinada pela cooperação pública, no policiamento comunitário. Já a atuação da polícia deixa de ser voltada exclusivamente aos incidentes, passando a considerar os problemas e interesses dos cidadãos. Por fim, o profissionalismo policial não é medido pela resposta a crimes sérios, mas sim pelo fato de os policiais manterem-se “fechados” com a comunidade. Em suma, o cidadão passa a ser o foco principal da atuação policial.

Tendo em vista que a atuação desenvolvida sob os moldes do policiamento comunitário estabelece que a prioridade de atuação da polícia não se atém somente aos problemas ocorridos, sobretudo crimes registrados na comunidade, é necessário atentar-se para

as demandas prioritárias e os problemas que mais incomodam a comunidade. Dessa maneira, os policiais devem desenvolver uma busca ativa pelas informações da comunidade em que atuam, sendo necessária a visita *in loco* dos profissionais e, até mesmo, a realização de pesquisas de vitimização, no sentido de compreender melhor a ocorrência de crimes não notificados (“cifra-negra”) e a percepção de segurança pelos cidadãos. Essa forma de atuar reflete inovação das agências policiais, mostrando que a modernização dos serviços prestados não passa unicamente pelo aprimoramento tecnológico de seus equipamentos, mas também pelo refinamento na forma de se relacionar com as comunidades.

Em termos de resultados do policiamento comunitário, Lloyd (2009, p. 18) apresenta pesquisas que apontam que os benefícios desse tipo de policiamento são, além da mobilização, a melhoria da relação entre polícia e cidadão, o aumento da satisfação dos profissionais e a redução do crime, bem como do medo do crime. O estudo de Davis e Mateu-Gelabert (1999) traz a análise de dois distritos policiais de Nova York que conseguiram diminuir tanto os indicadores de criminalidade quanto as queixas contra policiais, contando, para isso, com a participação efetiva dos comandantes. Foram eles os responsáveis por difundir o modo como a polícia deveria interagir com a população, sendo que os comandantes “não apenas administraram bem seus policiais como também administraram as relações com a comunidade para demonstrar que a polícia estava sempre disposta a responder às preocupações da comunidade” (DAVIS; MATEU-GELABERT, 1999, p. 11).

A participação da comunidade na segurança pública

São diversos os benefícios advindos do envolvimento da comunidade na área da segurança pública e inúmeras as formas de envolvimento do público. Nesse sentido, a maneira mais disseminada e formal da participação do cidadão nas ações de segurança pública se dá por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep), que visam “mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública” (BRASIL, 2009, p. 297). As múltiplas formas de envolvimento do público na área da segurança pública contemplam até mesmo o simples fato de fornecer informações ao policial. Nessa direção, Lloyd (2009, p. 24) entende que as diversas maneiras de ação em conjunto com a comunidade nos assuntos de segurança pública se distribuem basicamente em quatro tipos:

- como vítima, testemunha, suspeito ou réu, ou ainda como alvos dos legítimos poderes de polícia;
- participação estruturada em eventos ou processo com objetivo planejado (tais como participação em reuniões, encontros entre polícias e associações, preenchendo questionários, recebendo visitas para consultas ou chamadas telefônicas, etc.);
- participação não-estruturada com objetivos pouco planejados (por exemplo, provendo informação regular para a polícia ou participando de ações com pessoas jovens);
- contato informal (por exemplo, telefonando, mandando *e-mail* ou *contato similar com contexto não-policial*).

No contexto de Minas Gerais, o envolvimento dos cidadãos nas questões relacionadas à segurança pública é abordado pela pesquisa Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social (MINAS GERAIS, 2011), que apresenta subindicador referente à participação cívica. Os cidadãos avaliam o grau de importância em relação a: participar de programas do Estado que promovam a segurança (por exemplo, Proerd, Projeto Mediar,¹ entre outros); tratar de questões relativas à segurança nas reuniões de pais e professores da escola dos filhos; promover ações de prevenção com apoio da polícia local (por exemplo, Rede de Vizinhos Protegidos); participar dos Consep; chamar a polícia quando presencia atos de violência ou criminosos; e cooperar com o policial responsável pela segurança do bairro ou rua.

Embora sejam vastas as possibilidades de ações em que os cidadãos podem se envolver, seu engajamento em questões de segurança pública é pouco comum nas comunidades (THE CASE REVIEW, 2008, *apud* LLOYD, 2009, p. 25). Na visão de Reisig (1998, *apud* LLOYD, 2009, p. 4), somente a melhoria da confiança e da satisfação do público com a polícia resultará no encorajamento dos cidadãos a denunciarem atos de vitimização, agirem como testemunhas, fornecerem informações e participarem de atividades de prevenção do crime. É desse modo que as corporações policiais devem estar atentas para conseguir estabelecer estratégias eficazes e, assim, potencializar a participação do público, de maneira a obter resultados positivos na área de segurança pública.

Potencializando a participação do público

É latente a importância do planejamento de ações que permitam cada vez mais aproximar policiais e cidadãos, favorecendo o ambiente para que os moradores se engajem na colaboração com o trabalho policial. Os arranjos devem ser feitos de forma a que os profissionais se encontrem preparados para o desenvolvimento de ações de proximidade com o cidadão e que, efetivamente, passem a atuar na execução dessas atividades.

Sob a perspectiva interna, a primeira iniciativa deve ser direcionada à capacitação e ao treinamento dos policiais voltados para a mobilização comunitária, notadamente por meio dos cursos de polícia comunitária, que permitem criar condições para que os profissionais, de acordo com a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2008, p. 64), possam:

ampliar conhecimentos para identificar os fundamentos, as normas e os procedimentos para construir conselhos comunitários de segurança; desenvolver e exercitar habilidades para utilizar estratégias que facilitem a participação comunitária e a mobilização social e; fortalecer atitudes para reconhecer a importância da parceria entre conselhos comunitários de segurança e polícia comunitária.

Ainda dentro da própria corporação, podem ser desenvolvidas metas voltadas para implementação e estruturação de conselhos comunitários de segurança e participação em reuniões e encontros com membros da comunidade, pois “todas as vezes que grupos de cidadãos, ou moradores, se reúnem para encaminhar soluções para problemas comuns o resultado é bastante

positivo” (BRASIL, 2008, p. xx). Contudo, essas ações não se mostram suficientes para abranger o público amplo, sendo exigidos mecanismos mais robustos para garantir o envolvimento da comunidade. Nessa direção, a confiança dos cidadãos nas agências policiais constitui ação elementar para a sensibilização dos membros da comunidade de maneira que contribuam com a área de segurança pública. Esse fato é comprovado por meio de dados empíricos relativos a Minas Gerais, obtidos pela pesquisa Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social (MINAS GERAIS, 2011), que mostra a associação direta entre o engajamento do cidadão nos assuntos relacionados à segurança pública e a confiança nas instituições policiais. O trabalho constata que, se a confiança do público nas agências policiais aumenta, também é maior a percepção sobre a importância de se envolver em ações dessa área.

Essa constatação está em consonância com os novos padrões emergentes de atuação em segurança pública, cujas estratégias devem ser apropriadas para buscar a coparticipação dos cidadãos na solução dos problemas coletivos, sendo que uma delas é justamente a preocupação sobre a avaliação do público em relação ao trabalho policial e sua confiança nas instituições. Também é essa a visão de Muniz e Proença Júnior (2007, p. 242), que enfatizam que:

A credibilidade policial instrumentaliza a confiança e a adesão sociais diante da perspectiva do quanto polícia é uma alternativa equânime e igualitária, competente para construir soluções diferenciadas e aceitáveis em uma ampla variedade de circunstâncias, exteriores aos interesses particulares, porém obedientes ao pacto social e às leis. Em cada

solução policial, tem-se ou não o reforço da credibilidade policial, resultante do questionamento cotidiano do mandato e práticas policiais pelos indivíduos e grupos sociais. É a credibilidade policial que mais imediatamente é considerada quando se chama ou não a polícia, aceita-se ou não o que ela propõe, acredita-se ou não no que ela faz, diz que faz, informa ou sugere; quando se contempla a adoção ou não de arranjos particulares de uso de força.

Novamente deve-se destacar que a preocupação de a polícia ser aceita pela comunidade, bem como de desenvolver ações junto aos cidadãos, constitui preceito do policiamento comunitário. A intensificação desse tipo de atuação proporciona avanços na melhoria da confiança dos cidadãos na polícia, conforme apresenta o *Manual de Policiamento Comunitário* (NEV-USP, 2010, p. 61-62), enfatizando que:

por ser um trabalho participativo, que busca envolver e dialogar com diferentes atores e saberes, a própria rotina de trabalho do policiamento comunitário não só aproxima polícia, comunidade e outros atores, como também cria as condições para que se estabeleçam as relações mútuas de confiança. Onde o policiamento comunitário foi efetivamente implantado, a percepção tanto da polícia pela comunidade como da comunidade pela polícia, é muito mais positiva e, consequentemente, a relação é muito mais colaborativa.

Torna-se claro que a conduta dos policiais deve ser pautada pelo profissionalismo e voltada para a promoção dos direitos humanos, o que vem contribuir para sua imagem positiva junto à comunidade. Por outro lado, a “bai-

xa credibilidade amplia e recrudescer os níveis de resistência à ação policial, comprometendo os efeitos indutores da polícia em termos de resultados preventivos e dissuasórios” (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2007, p. 243). Todavia, é necessário o reforço de mecanismos externos para controle das atividades policiais para a garantia de que os serviços prestados pelos policiais atendam às expectativas dos cidadãos. Nesse sentido, corrobora a observação feita pela auditora independente Teresa Guerrero-Daley, da *Independent Police Auditor*, de San José – Califórnia (MINAS GERAIS, 2004, p. 222-223), de que “anos construindo a confiança da comunidade podem ser ameaçados por alguns poucos atos de má-conduta ou corrupção policial”. Para Guerrero-Daley, “o público nunca terá confiança total no policiamento da Polícia por ela própria”, justificando a existência de instâncias externas para garantir a boa conduta dos policiais.

Ademais, enfatiza-se que o contato da polícia com o público representa elemento-chave para melhorar a confiança do cidadão nas instituições policiais, conforme pode ser verificado a partir de duas pesquisas realizadas em Minas Gerais. A *Pesquisa Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social* (MINAS GERAIS, 2009a), aplicada à população mineira, mostra que, de forma geral, 48,7% dos entrevistados concordam que a Polícia Militar é composta por policiais honestos e que demonstram respeito pelos cidadãos. Já de acordo com a *Pesquisa de Satisfação do Cidadão com o Atendimento do Sistema de Defesa Social* (MINAS GERAIS, 2009b), cujo público-alvo compreende apenas pessoas já atendidas pelas polícias ou pelos bombeiros militares, 69,4%

dos entrevistados ficaram satisfeitos em relação à honestidade dos policiais que prestaram os atendimentos. Assim, a melhor avaliação dos cidadãos sobre os órgãos de segurança pública por aqueles que já foram atendidos por eles reforça a necessidade de intensificação desse contato que, de acordo com Gaines e Kappeler (2011), deve ser direto, diário e face-a-face.

Metodologia

Tendo em vista que o propósito deste estudo é verificar se os fatores relacionados à confiança dos cidadãos na polícia são associados ao envolvimento nas ações de segurança pública, será utilizada a metodologia quantitativa de análise de dados, a qual permite identificar as associações estatisticamente significativas entre confiança institucional e participação cívica.

Em termos analíticos, a confiança institucional é mensurada a partir da percepção dos cidadãos mineiros entrevistados sobre o trabalho policial, no que se refere a eficácia, honestidade, respeito e confiança desses profissionais. Já a participação cívica é considerada em duas ações: chamar a polícia quando são presenciados atos de violência ou criminosos; e cooperar com o policial responsável pela segurança do bairro ou da rua. Ambas as situações tratam de percepções dos cidadãos, sendo que na confiança institucional é verificada a concordância sobre aspectos do serviço policial e, na participação cívica, a necessidade de participação em atividades de segurança pública. Portanto, nessas ações, não é mensurada a participação efetiva dos cidadãos, mas sim a conscientização sobre a necessidade de seu envolvimento para atingir os propósitos de redução da criminalidade e violência e melhoria da sensação de segurança da sociedade.

Cabe citar que são consideradas somente as percepções dos cidadãos acerca da Polícia Militar, uma vez que essa corporação é a responsável pelo policiamento ostensivo e desenvolve a maior parte de atividades de encontro com o público.

Nas análises foi empregada a técnica estatística conhecida como regressão logística para verificar os fatores relacionados à confiança dos indivíduos na polícia que influenciam a variável resposta: a importância da participação dos cidadãos nas questões de segurança pública. Optou-se pelo uso de modelos de regressão por serem técnicas de análise de dados que permitem descrever a relação entre a variável resposta e uma ou mais variáveis explicativas (HOSMER; LEMESHOW, 1989). A regressão logística é utilizada para a especificidade de apresentar variável do tipo binária: *necessária ou desnecessária à participação dos cidadãos*.

Dados utilizados

Os dados utilizados foram obtidos por meio de um *survey* realizado junto a 2.808 cidadãos de todo o Estado de Minas Gerais, com idade superior a 16 anos, a partir da realização da pesquisa Índice de Qualidade de Vida *Relativo à Defesa Social* (MINAS GERAIS, 2011).

Variáveis analisadas

As variáveis utilizadas referem-se às percepções dos cidadãos acerca da confiança institucional na Polícia Militar e da necessidade de envolvimento nas ações relacionadas à segurança pública. São considerados dois modelos de análise, cujas variáveis dependentes, ambas referentes à participação cívica, compreendem chamar a polícia e cooperar com o policial responsável pelo bairro. Já as variáveis inde-

pendentes são as mesmas nos dois modelos: eficácia, honestidade, respeito e confiança dos cidadãos na polícia.

Participação cívica

A participação cívica ou engajamento dos cidadãos nas ações relacionadas à segurança pública é caracterizada por meio de duas variáveis dependentes, sendo uma para cada modelo a ser construído: a primeira é *chamo a polícia quando presencio atos de violência ou criminosos*; e a outra, *procuro cooperar com o policial responsável pela segurança do meu bairro ou rua*. Os entrevistados, em ambas as afirmações, são distribuídos em: aqueles que acham *necessária (1)* a realização dessas ações; e aqueles que acham *desnecessária (0)*.

Confiança institucional

As variáveis independentes são as mesmas para os dois modelos propostos e dizem respeito à confiança institucional, ou seja, a forma como os cidadãos percebem o trabalho realizado pela Polícia Militar. As afirmações avaliadas pelos entrevistados são:

- a Polícia Militar de minha cidade realiza seu trabalho de forma eficaz (patrulhamento, preservação e restauração da ordem pública);
- a Polícia Militar de minha cidade é composta por policiais honestos;
- a Polícia Militar de minha cidade demonstra respeito pelos cidadãos;
- a Polícia Militar de minha cidade inspira confiança e tranquilidade às pessoas.

Os cidadãos entrevistados são classificados em dois grupos, considerando-se todas as afirmações acima, a partir de suas percepções: os que *concordam (1)*; e aqueles que *discordam (0)* das mesmas.

Análise dos resultados

Essa seção apresenta as análises referentes à verificação dos efeitos de aspectos da confiança institucional dos cidadãos na Polícia Militar em duas formas de participação cívica: o fato de chamar a polícia quando são presenciados atos de violência ou criminosos (Modelo 1); e a cooperação com o policial responsável pela segurança do bairro ou rua (Modelo 2). Para a confiança institucional, os dois modelos contemplam as mesmas variáveis independentes.

Os resultados são apresentados por meio da estatística *Valor-p*, que apresenta uma estimativa do Erro Tipo I, que em estatística refere-se à “probabilidade de rejeitar incorretamente a hipótese nula – em termos simples, a probabilidade de não encontrar uma correlação ou diferença na média quando ela existe” (HAIR, 2009, p. 22). Nesse estudo, o *Valor-p* corresponde ao nível de significância de 5%, o que significa dizer que, quando o número encontrado é igual ou menor a esse valor, considera-se estatisticamente significativa a inclusão da variável no modelo.

É apresentada, ainda, uma medida estatística que permite mensurar os resultados obtidos, realizada, no modelo de Regressão Logística, por meio da razão de desigualdade, também conhecida como razão de chances ou *odds-ratio (OR)*, que consiste na comparação da probabilidade de um evento acontecer com a possibilidade de o mesmo não acontecer (HAIR, 2009, p. 223). É importante destacar que essa estatística não se trata de uma probabilidade de ocorrência e, em termos práticos, se existe uma razão de chance igual a 2, isso pode ser interpretado de forma que um grupo tenha o dobro de chances

de ocorrência de determinado evento, ou que a chance de um grupo apresentar o evento é 100% maior do que a do outro.

Ambos os modelos de regressão logística apresentam o respeito demonstrado aos cidadãos pela Polícia Militar como a única variável independente estatisticamente significativa (Tabela 1). O Modelo 1, que trata da *comunicação à polícia de atos de violência ou criminosos*, mostra que a chance de chamar a polícia quando são presenciados atos de violência ou criminosos, para aqueles que concordam que a Polícia Militar demonstra respeito pelos cidadãos, é 2,03 vezes daqueles que discordam do respeito demonstrado pelos policiais militares. Já o Modelo 2, que aborda a *cooperação com o policial do bairro*, mostra que a chance de cooperar com o policial do bairro ou rua, para o cidadão que concorda que a Polícia Militar demonstra respeito pelos cidadãos, é 57,3% superior do que para um cidadão que não concorda com o respeito demonstrado pelos militares.

Os resultados obtidos pelos dois modelos mostram que não existem associações significativas entre a visão se a Polícia Militar é composta por policiais honestos, se ela desenvolve seu trabalho de forma eficaz e se sua atuação inspira confiança e tranquilidade às pessoas com os atos de chamar a polícia quando são presenciados atos criminosos ou violentos e cooperar com o policial responsável pelo bairro. Somente a demonstração de respeito pelos policiais militares tem efeito estatisticamente comprovado nas duas formas de participação consideradas, o que enfatiza a importância do modo de relacionamento policial-cidadão para

promover o engajamento do público em ações da área de segurança pública. Nessa perspectiva, Lloyd (2009, p. 3) afirma que “grande parte das pesquisas sugere que as razões pela insatisfação com a polícia são frequentemente relacionadas a *como* as pessoas são tratadas, não o papel desempenhado pela polícia”.

A forma de relacionamento entre polícia e público é tão importante que, geralmente, as queixas dos cidadãos que foram parados na rua por um policial referem-se não ao fato de terem sido parados, mas sim à maneira como foram tratados pelos policiais (MAGUIRE; CORBETT, 1991; FIELDING; INNES, 2006). Em outras palavras, questiona-se não o propósito da ação policial, mas sim a forma como ela é realizada.

Possíveis vieses permeiam a avaliação do trabalho policial, como é o caso de raça, gênero, idade, situação socioeconômica, localidade de residência, ter sido vítima ou não de ato criminoso ou violento, entre outros fatores. Embora pessoas de grupos mais desprivilegiados (por exemplo, menos renda, baixa escolaridade e moradia em regiões de alta vulnerabilidade social) ou vulneráveis (negros, idosos e *gays*) tendam a avaliar mais negativamente as polícias, em virtude de geralmente se encontrarem de certa forma na posição de vítimas de ações policiais, o tratamento adequado pelos agentes públicos pode reverter essa situação. É isso que Lloyd (2009, p. 14) destaca, ao afirmar que “os dados de *survey* mostram que a forma como os indivíduos são tratados pela polícia em uma dada situação é levada em consideração, deixando de levar em conta os fatores como raça, idade, gênero”.

Tabela 1 - Modelo de regressão logística para o fato de os cidadãos acharem ou não necessário chamar a polícia quando presenciam atos de violência e criminosos e cooperar com o policial responsável pela segurança do bairro, considerando os fatores da confiança institucional na Polícia Militar
Estado de Minas Gerais – 2011

Fatores da confiança institucional	Modelo 1		Modelo 2	
	Valor-p	Exp (t)	Valor-p	Exp (t)
A Polícia Militar realiza seu trabalho de forma eficaz	0,814		0,842	
Discordam		1,000		1,000
Concordam		0,976		0,980
A Polícia Militar é composta por policiais honestos	0,389		0,304	
Discordam		1,000		1,000
Concordam		0,908		0,893
A Polícia Militar demonstra respeito pelos cidadãos	0,000		0,000	
Discordam		1,000		1,000
Concordam		2,030		1,573
A atuação da Polícia Militar inspira confiança e tranquilidade	0,608		0,831	
Discordam		1,000		1,000
Concordam		0,939		0,975

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social” – SEDS/MG, 2011.

As agências policiais que renegarem um modelo de atuação de proximidade e respeito à população, deixando de estabelecer em sua política o necessário – e até certo ponto indispensável – desenvolvimento de ações proativas junto à comunidade, certamente colecionarão a falta de credibilidade em seu trabalho. É dessa forma que Muniz e Proença Júnior (2007, p. 245) evidenciam os efeitos adversos dessa falta de harmonia nas relações entre policiais e cidadãos, sendo que:

é também possível que, muito antes que essa hora [falta de credibilidade policial] chegue, o público já tenha abandonado a polícia como alternativa, e o apagar das luzes de uma organização policial seja marcada pelo fato de que ela não é mais chamada, e que quando ela se faz presente, é confrontada ou ignorada.

O desenvolvimento de estratégias voltadas para a aproximação com a comunidade, den-

tro do que é estabelecido pelo policiamento comunitário, estabelece que os cidadãos devem ser ouvidos para identificação dos problemas que possam estar ocorrendo na localidade e que o policiamento precisa privilegiar os métodos que permitem maior contato com a comunidade, tal como o policiamento a pé. A definição de medidas privilegia, ainda, a atuação preventiva em detrimento de seu emprego repressivo, reforça que as patrulhas policiais devem ser distribuídas conforme a necessidade da comunidade e não de acordo com o pico de ocorrências, bem como destaca a importância de as atividades da polícia serem do conhecimento da população, devendo prestar contas de suas ações, entre outros fatores. É dessa forma que um trabalho bem-sucedido proporciona a melhoria da confiança institucional das polícias junto aos cidadãos, fazendo com que eles cooperem com o policial responsável pelo bairro ou rua e reportem à polícia a ocorrência de atos criminosos ou violentos.

Claro que essa nova postura policial, que estimula o relacionamento com o público, permite fazer novos contatos, identificar os problemas, conhecer as expectativas dos cidadãos e, conseqüentemente, dispor de mais informações para planejamento de suas ações. Isso vem fazer com que seja reportado maior número de queixas e registros às polícias, sem que tenha havido um aumento real na criminalidade ocorrida na localidade. Chama-se a atenção para o fato de que a avaliação da eficácia da atuação policial não pode ser balizada somente pelos indicadores de criminalidade, uma vez que estes não são capazes de lidar com a questão do sub-registro (“cifras negras”),

que tende a diminuir com a melhoria da confiança institucional. Por outro lado, quando consideram as queixas contra policiais, o estudo de Davis e Mateu-Gelabert (1999) mostra que “alguns policiais declararam que as queixas haviam diminuído porque as relações com a população haviam mudado ou havia um entendimento melhor entre comunidade e polícia”. Em suma, a atuação policial voltada à proximidade com os cidadãos tende a diminuir a subnotificação de atos criminosos ou violentos e reduzir as queixas contra os policiais.

Considerações finais

A percepção dos cidadãos em relação ao respeito repassado pelos policiais militares é central para a participação coletiva nas questões de segurança pública, superando percepções sobre a eficácia do trabalho policial, sobre a honestidade dos mesmos e se eles inspiram confiança e tranquilidade às pessoas. Evidentemente, as políticas públicas devem estar atentas para garantir o respeito dos policiais aos direitos humanos dos cidadãos, produzindo impactos na melhoria da confiança das agências de segurança pública, o que, de acordo com Muniz e Proença Júnior (2007, p. 243), “significa que o público reconhece sua polícia, e a polícia se reconhece no público”.

A preocupação com a necessidade de adequação dos serviços prestados pelos policiais militares ao que é demandado pela sociedade se inicia desde o processo de entrada do policial à corporação e permeia toda sua trajetória profissional. Nesse sentido, é oportuno reconhecer que essa profissão requer habilidades e características específicas, que devem ser consideradas para a admissão daqueles que buscam

ingressar na corporação e desenvolvidas junto aos que já fazem parte da polícia, por meio de cursos, treinamentos, instruções, entre outros.

Do ponto de vista mais amplo, buscando abranger um público extenso, incluindo aqueles que não tiveram qualquer tipo de contato com os policiais, entende-se necessário realizar campanha maciça de mídia ressaltando o trabalho das polícias. Sobretudo as atividades preventivas desenvolvidas pelas polícias devem tornar-se amplamente conhecidas pelos cidadãos, explorando a relação de proximidade entre esses atores e revelando seu potencial para serem alcançados melhores resultados para a área de segurança pública.

A essência do policiamento comunitário é a de que "juntos, polícia e público são mais eficazes e mais humanos co-produtores de segurança e ordem pública que a polícia sozinha" (LLOYD, 2009, p. 22), sendo que "o que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público" (BRASIL, 2010). Em se tratando de resultados na área de segurança pública, o estudo de Davis e Mateu-Gelabert

(1999) demonstra que a redução da criminalidade pode ser obtida enquanto se pratica o policiamento com respeito. Por sua vez, o presente estudo demonstra que, para o cidadão se envolver em ações relacionadas à segurança pública, o respeito é fundamental.

Para finalizar, é citado o artigo de Theodore Levitt, da Universidade de Harvard, "Miopia em marketing", de 1960, que destaca que as organizações precisam aprender a considerar sua função e não somente a produção de bens ou serviços. Entre os diversos exemplos, encontra-se o das estradas de ferro americanas que, no início do século passado, reuniam diversos investidores, constituíam um mercado em ascensão e eram consideradas um negócio inabalável. Mas, com o passar do tempo, os trens tornaram-se uma tecnologia superada e perderam espaço para outros meios de locomoção. O motivo é simples: os investidores estavam com o espírito voltado para o setor ferroviário e não para o setor de transportes. Analogamente, se as organizações policiais se preocuparem apenas em capturar bandidos e desconsiderar a atribuição de preservar a ordem pública, o resultado pode estar anunciado.

-
1. *O Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, desenvolvido pela Polícia Militar, tem por objetivo atuar na prevenção ao uso de drogas junto a crianças e adolescentes. Já o Projeto Mediar é desenvolvido pela Polícia Civil e visa fazer a mediação de conflitos entre os envolvidos em determinados tipos de delitos.*

Referências bibliográficas

- BAYLEY, D. H. **What works in policing**. New York: Oxford University Press, 1998.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. Brasília, 2006.
- _____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília, 2006.
- DAVIS, R. C.; MATEU-GELABERT, P. **Policimento eficiente e com respeito**: dois exemplos no South Bronx. Vera Institute of Justice, 1999.
- GAINES, L.; KAPPELER, V. E. **Community policing**: a contemporary perspective. 5a ed. Anderson Publishing, 2011.
- HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. United States of America: John Wiley & Sons, Inc., 1989
- LEVITT, T. **Marketing myopia**. Harvard Business Review, 1960
- LLOYD, K.; FOSTER, J. **Citizen focus and community engagement: a review of the Literature**. The Police Foundation, 2009.
- MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MUNIZ, J.; PROENÇA JÚNIOR, D. *Bases conceituais de métricas e padrões de medida de desempenho policial*. In: CARUSO, H.; MUNIZ, J CARBALLO BLANCO, A. C. (Orgs.). **Polícia, Estado e sociedade: saberes e práticas latino-americanos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Publitz Seleções Editoriais, 2007, v. 1, p. 230-280.
- MINAS GERAIS. **Ouvidoria da Polícia de Minas Gerais**. A Ouvidoria agora vai falar. Seleção de textos e relatório 2003 da Ouvidoria da Polícia de Minas Gerais. 2004.
- _____. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Pesquisa Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social**. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa, 2009a.
- _____. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Pesquisa de Satisfação do Cidadão com o Atendimento do Sistema de Defesa Social**. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa, 2009b.
- _____. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Pesquisa Índice de Qualidade de Vida Relativo à Defesa Social**. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa, 2011.
- REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- ROSENBAUM, D. **Police innovation post 1980: assessing, effectiveness and equity concerns in the Informational Technological Era**. Revue de L' IPC Review, v. I, p. 11-14, 2007.
- SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policimento comunitário**. São Paulo: Edusp, 2006.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

Colaboração com o trabalho da polícia: o respeito é fundamental

Edmilson Antonio Pereira Junior

Resumen

Colaboração con el trabajo de la Policía: el respeto es fundamental

Este estudio analiza si los factores relacionados con la confianza de los ciudadanos en la policía se asocian a su involucramiento en las acciones de seguridad pública, considerando el hecho de 1) llamar a la policía cuando se presencian actos de violencia o criminales y 2) cooperar con el policía responsable de la seguridad del barrio o calle. Se utiliza la metodología cuantitativa de análisis de datos de 2808 ciudadanos mineiros de edad superior a 16 años. Se emplea la técnica de regresión logística, que permite identificar las asociaciones estadísticamente significativas entre confianza institucional y participación cívica. Se verifica cómo la percepción de los ciudadanos con relación al respeto transmitido por los policías militares es central para la participación colectiva en los temas de seguridad pública, superando percepciones sobre la eficacia del trabajo policial, sobre la honestidad de los mismos y sobre si estos inspiran confianza y tranquilidad a la gente.

Palabras clave: Servicio de Policía; Confianza institucional; Participación ciudadana; Respeto.

Abstract

Collaboration with police work: respect is essential

The present study analyzes whether factors concerning citizens' trust in the police are associated with citizen involvement in public safety actions, taking into consideration whether 1) they call in the police when they witness violent or criminal acts, and 2) they cooperate with the officer responsible for safety of the neighborhood or street. Two thousand eight hundred and eight (2,808) citizens of the State of Minas Gerais, all over 16, were included in this study, and the data were analyzed using a quantitative methodology. Logistical regression analysis enabled statistically significant associations between trust in the institution and civic participation to be identified. It was found that for there to be collective participation in matters of public safety, citizens' perception of the respect paid to them by military police officers is of the utmost importance—more so than their perceptions of the effectiveness of policing, the honesty of police officers, and whether the latter inspire trust and make people feel comfortable.

Keywords: Police service; Institutional trust; Civic Participation; Respect.

Data de recebimento: 04/11/2012

Data de aprovação: 12/06/2013